

PNAIC e a educação básica em Jataí-GO: a importância da formação de professores

PNAIC and basic education in Jataí- GO: the importance of teacher formation

PNAIC y la educación básica en Jataí-GO: la importancia de la formación de profesores

Ari Raimann*

Universidade Federal de Goiás [UFG] – Regional Jataí – Bra.

Ana Kátia Assis Ferreira**

Universidade Federal de Goiás [UFG] – Regional Jataí – Bra.

RESUMO

O objetivo geral desta investigação foi o analisar as mudanças ocorridas na alfabetização de alunos das escolas públicas do município de Jataí-Go, a partir da adesão e implantação do PNAIC, consequentemente da formação de professores. A pesquisa documental, de natureza qualitativa, tomou por base a perspectiva histórico-crítica. O Pacto é norteado por quatro eixos fundamentais: formação continuada de professores alfabetizadores; materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais; avaliação sistemática; e gestão, controle e mobilização social. Tal política pública visa adequar alfabetização e escolarização, promovendo a alfabetização dos estudantes até os oito anos de idade ao final do 3º ano do Ensino Fundamental da Educação Básica. O estudo revela que o conjunto de formação, currículo e diretrizes de cada escola, além da formação oferecida pelo PNAIC, contribuíram para aumentar os níveis de leitura e escrita.

Palavras-chave: Educação. Alfabetização. Educação Básica. PNAIC.

ABSTRACT

The main goal of this investigation was to analyze the changes that occurred in the literacy program of public school students of the municipality of Jataí-GO, starting at the adherence and implementation of the PNAIC, consequently of the teacher's formation. The documentary research, of qualitative nature, was based on an historical-critical perspective. The pact is guided by four fundamental axes: continued formation of literacy teachers; teaching materials, educational literature and technologies; systematic evaluation, management, control and social mobilization. This public policy aims to adequate literacy and schooling, promoting the literacy of students up to eight years of age at the end of the 3rd year of Fundamental Education in Basic Education. The study reveals that the set of formation, curriculum and guidelines of each school, in addition to the training provided by the PNAIC, contributed to increase the levels of reading and writing.

Keywords: Education. Literacy. Basic Education. PNAIC.

RESUMEN

El objetivo general de esta investigación fue analizar los cambios ocurridos en la alfabetización de alumnos de las escuelas públicas del municipio de Jataí-GO, a partir de la adhesión e implantación del PNAIC, e consecuentemente de la formación de profesores. La investigación documental, de naturaleza cualitativa, se basó en la perspectiva histórico-crítica. El Pacto se orienta por cuatro ejes fundamentales: formación continuada de profesores alfabetizadores; materiales didácticos, literatura y tecnologías educativas; evaluación sistemática; y gestión, control y movilización social. Esta política pública intenta adecuar la alfabetización y la escolarización, promoviendo la alfabetización de los estudiantes hasta los ocho años de edad al final del tercer año de la Enseñanza Fundamental de la Educación Primaria. La investigación revela que el conjunto de formación, currículo y directrices de cada escuela, además de la formación ofrecida por el PNAIC, contribuyeron a aumentar los niveles de lectura y escritura.

Palabras-clave: Educación. Alfabetización. Educación básica. PNAIC.

Introdução

Grande parte dos problemas da educação é causada por políticas públicas educacionais distanciadas da realidade da educação, com interesses apenas voltados às avaliações (SAVIANI, 2005), ou seja, as políticas públicas apresentam interesses apenas quantitativos. Esse fato distancia a escola, o aluno e o docente da possibilidade de construir no ambiente escolar um espaço de reflexão e de aprendizagem que signifique qualidade na educação. Diante dessa realidade, este estudo investigou a mais recente política pública educacional voltada à alfabetização, o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O Pacto é norteado por quatro eixos fundamentais: 1 – formação continuada de professores alfabetizadores; 2 – materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais; 3 – avaliação sistemática; e 4 – gestão, controle e mobilização social (BRASIL, 2012).

Tendo em vista esse novo programa, questionamos: Quais mudanças ocorreram na alfabetização do município de Jataí-GO desde que o PNAIC foi implantado? Como essas mudanças são refletidas nas notas e/ou no desempenho dos alunos? Mais precisamente, sobre a formação do professor alfabetizador, qual o impacto do PNAIC na prática docente? O objetivo geral deste estudo foi analisar as mudanças ocorridas na alfabetização de alunos das escolas públicas do município de Jataí-GO, a partir da adesão e implantação do PNAIC e da, conseqüente, formação continuada dos professores alfabetizadores.

Para a constituição deste estudo, foram adotados alguns procedimentos metodológicos necessários para responder aos questionamentos e chegar ao objetivo proposto. Além disso, buscamos também compreender a estrutura do PNAIC, os objetivos e as metas previstos no documento oficial e a forma como o município de Jataí-Goiás implantou esse projeto na rede pública de ensino. Para tanto, optamos pela pesquisa do tipo qualitativa, exploratória, documental, amparados na perspectiva de análise histórico-crítica. Esse método contribuiu para desvelar a realidade do PNAIC, apreendendo o real, a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Esse enfoque tende a analisar o real a partir do seu desenvolvimento histórico, da sua gênese e desenvolvimento, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão numa totalidade (LUKÁCS, 2010).

Em relação à pesquisa qualitativa, conforme Triviños (1987), esse tipo de pesquisa procura conhecer a realidade estudada, suas características, além de descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade. Recentemente, Moreira (2011) aponta como característica básica da pesquisa qualitativa, o interesse da pesquisa nos significados conferidos aos objetos, num contexto social, e o esclarecimento desses significados pelo pesquisador. Os dados coletados fazem parte dos documentos oficiais do PNAIC, sendo oito cadernos referentes ano 02, direcionados aos alunos do 2º ano da Educação Básica; e dos documentos de adesão ao PNAIC, da Secretaria Municipal de Educação de Jataí-GO (SME).

Ao longo deste estudo também foi necessária a apreciação de documentos, tais como resoluções, portarias, e lei que implanta o PNAIC como política pública, analisando ainda os documentos das Conferências Todos pela Educação, ocorridas em Jomtien-Tailândia (1990), Nova Délhi- Índia (1993) e Dacar-Senegal (2000). Trata-se de uma pesquisa relevante, uma vez que o PNAIC é um programa novo, sendo necessário investigar seus impactos na educação do município pesquisado.

A trajetória histórica da alfabetização no Brasil

No Brasil, historicamente, a alfabetização adotou modelos estrangeiros, que em alguns aspectos apresentaram avanços nos países desenvolvidos, mas que não foram adequados e/ou adaptados à realidade econômica, política, social brasileira, podendo ser esta a maior limitação da alfabetização brasileira. A História da Educação no Brasil evoluiu ao longo do tempo, marcada por rupturas. E a primeira delas se deu com a chegada dos portugueses em terras brasileiras, trazendo para cá o padrão europeu de educação, ignorando que o povo indígena que habitava o Brasil já possuía seu próprio modo de fazer educação (ROMANELLI, 2003).

A educação das crianças indígenas, antes da chegada dos colonizadores, obedecia a crenças da comunidade, e os alunos aprendiam as habilidades desenvolvidas pelos adultos de cada tribo. Conforme Saviani (1996), no modo de produção indígena não havia classes e muito menos o conceito de propriedade privada, os homens se relacionavam entre si, tendo a natureza como fonte de sobrevivência e modo de produção. A vinda dos jesuítas (1549), para as terras brasileiras, marca a primeira fase da história da educação brasileira. Essa primeira fase foi a mais longa e mais importante, pela obra realizada e pelas consequências resultantes para a cultura brasileira. Com o fim da Companhia de Jesus, e com a expulsão dos jesuítas em 1759, pelo Marquês de Pombal, então primeiro ministro, o governo português transformou a estrutura administrativa, baseada na educação religiosa jesuítica, e instituiu em seu lugar as Aulas Régias, simbolizando a criação da escola pública no reino (Azevedo, 2004).

As aulas régias foram criadas em Portugal e em suas colônias pelo alvará de 28 de junho de 1759, no contexto das reformas políticas, administrativas, econômicas e culturais promovidas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, durante o reinado de d. José I (1750-1777), elas eram autônomas e isoladas, com professor único e desarticuladas entre si. De acordo com Azevedo (2004), a criação das aulas régias marcou o surgimento do ensino público oficial e laico visto que, até então, a educação formal em todos os seus níveis estava sob o controle da Igreja, que também detinha grande influência sobre outras áreas da cultura, como as artes e a impressão de livros.

Em 1760 foram realizados os primeiros concursos para professores públicos na Colônia, ocorridos em Recife e no Rio de Janeiro. Para serem aceitos, os candidatos não tinham que comprovar sua formação escolar, bastava-lhes obter um bom desempenho nos exames e também apresentar documentação atestando bons antecedentes. Todavia, até 1765 não houve nomeação de nenhum professor (CARDOSO, 1998, p. 151-158). Nesse sentido, a reforma de ensino pombalina foi bastante desastrosa para a Educação brasileira, pois destruiu uma organização educacional já consolidada pelos jesuítas e não formulou uma reforma que garantisse um novo sistema educacional.

Já no período Imperial, em 15 de outubro de 1827, foi proclamada a primeira Lei que determinava a criação de escolas de primeiras letras. Mortatti (2006) declara que no final do período imperial (1876-1890), a escrita se limitava ao ensino da caligrafia e da ortografia, com exercícios de cópia, ditados e formação de frases, dando ênfase ao desenho correto das letras. E o ensino da leitura obedecia ao método João de Deus, por meio da Cartilha Maternal. Para Ribeiro (2003), não houve neste período nenhuma inovação em vistas à transformação social, especificamente educacional, e, sim, a manutenção dos interesses das classes dominantes, em que sua ideologia era repassada às escolas, sem nenhuma preocupação com a qualidade do ensino, mas com a urgência de habilitar os alunos da classe mais abastada o ingresso nas faculdades.

No início do século XX, após o advento da primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Revolução Industrial (1930), começaram no Brasil a busca de uma Política Educacional Nacional

(AZEVEDO, 2006; ROMANELLI, 2003; SAVIANI, 2005). Nesse período, diversos decretos foram sancionados em favor da educação brasileira, criando conselhos; organizando os graus de ensino, estabelecendo uma nova ordem à educação brasileira. Como exemplo de escola do início do século XX tem-se os Liceus. Eles foram criados para amparar e dar assistência às crianças carentes (MOURA, 2010). Tratava-se de instituições não estatais que ofereciam até o 2º grau da instrução pública brasileira. Essas instituições eram destinadas à formação profissional, com cursos voltados ao comércio e a agricultura (SAVIANI, 2007). Por outro lado, a elite era preparada para assumir os altos postos na sociedade.

De acordo com Azevedo (2006), em 1932 foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação. Dentre as pretensões desse manifesto estava a luta pela escola pública laica, sob a responsabilidade do Estado. O período entre 1946 até 1964 foi um dos mais produtivos da história da educação brasileira, atuando importantes educadores: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Armando Hildebrand, Paschoal Leme, Paulo Freire, Lauro de Oliveira Lima, Durmeval Trigueiro, entre outros.

De 1964 a 1985 perdurou no Brasil o período ditatorial. O MOBRAF (Movimento Brasileiro de Alfabetização) é exemplo marcante da política educacional do regime militar. Esse programa teve como proposta erradicar o analfabetismo (CÔRREA, 1979) e a educação oferecida pelo MOBRAF era pautada pelos interesses políticos da época, fomentando no povo o sentimento de bom comportamento e justificando os atos da ditadura. Na década de 1990, segundo Moreira & Silva (2005), o Brasil se abre para a economia externa, e para o capitalismo financeiro internacional. O Brasil, buscando atender às políticas internacionais, cria muitas medidas para a educação, mas dispensa pouco recurso financeiro, fazendo com que as políticas não se consolidem. Para Moreira & Silva (2005):

[...] fica evidente que a escola pública na verdade, apresenta baixo desempenho por ter sofrido constante diminuição de recursos - o Brasil apresenta a escola pública deficitária que tem sido submetida a operar com um dos mais baixos níveis de investimento/ano por aluno, o Brasil, só destina 4% do seu Produto Interno Bruto (PIB) para a educação (MOREIRA & SILVA, 2005, p. 42).

Em 1996 foi assinada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. Essa lei definiu as responsabilidades das esferas do poder: Federal, Estadual e Municipal, para um melhor gerenciamento das verbas e do sistema de ensino, regionalizado e particularizado. E a Educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica.

Políticas públicas para a educação brasileira

A partir da década de 1990, o governo buscou modernizar a educação brasileira, em vista de produzir tecnologia. Apresentamos neste estudo as principais medidas de 1990 a 2007 para a educação brasileira:

1990 – Conferência de Jomtien/Tailândia – Educação para Todos – As ações brasileiras após essa conferência foram: Criação da LDB Lei nº 9.394/1996;

1995 – Acorda Brasil, está na hora da escola – Principais ações: Distribuição de verbas diretamente às escolas; melhoria da qualidade dos livros didáticos; formação de professores à distância; criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais; avaliação em larga escala;

1996 – LDB nº 9.394/1996 – Educação - dever do Estado – Ações: divisão da Educação Básica em: Educação Infantil; Ensino Fundamental e Ensino Médio;

2001 – Plano Decenal 2001-2010- PNE- Lei nº 10.172/2001 – Erradicar o analfabetismo; Universalização do atendimento escolar; melhorar a qualidade do ensino (BRASIL, 2001);

2003 – Escola do Tamanho do Brasil – Universalização/democratização do ensino e da gestão escolar; Formação do cidadão – Ações: 1- Democratização do acesso e garantia de permanência (desenvolver educação no campo; diretrizes e escolas para os índios; ampliação da EJA, e da Educação profissional); 2- Qualidade social da educação (valorização do professor; infraestrutura; inclusão); 3- Instauração do regime de colaboração e democratização da gestão (União-Estado-Município);

2006 – Ensino Fundamental de 9 anos – Aumentar o tempo de escolaridade do aluno para aproximar o Brasil de outros países desenvolvidos – Ações: Matrículas obrigatórias a partir dos 6 anos de idade; Adequação do ensino (PNE);

2007 – Programa de Desenvolvimento da Educação- PDE – Política Educacional de Estado organizada em quatro eixos: 1-Educação Básica (IDEB); 2-Alfabetização e formação continuada; 3- Educação Profissional (IF's); 4- Ensino Superior. Ações: Criação do IDEB; da Provinha Brasil; ENEN; do FIES; do SISU; do PROUNI; do SAEB, entre outros; Plano de Metas Todos pela Educação (Expansão; Aumento da Escolaridade; Educação Integral; Gestão Participativa).

Atualmente, a mais moderna política pública para a alfabetização no Brasil é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), proposto pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com a finalidade de melhorar o baixo rendimento dos alunos nas avaliações de leitura, escrita e Matemática nos anos iniciais.

Contextualizando o PNAIC

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foi fixado pela portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, pelo ministro de Educação, Aloizio Mercadante Oliva. Este documento institui as ações e as diretrizes gerais do Pacto. Essa portaria atende ao Decreto 6.094, de 24 de abril de 2006, comprometendo-se a alfabetizar as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, cujos resultados do pacto serão aferidos por exames Periódicos específicos.

O PNAIC foi destinado a beneficiar oito milhões de alunos, matriculados nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. O artigo 5º, da portaria que regulamenta o programa, apresenta os objetivos das ações do PNAIC:

I - Garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;

II - Reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;

III - Melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);

IV - Contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores;

V - Construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental (PORTARIA Nº 867, Art. 5º, 2012).

E o artigo 6º traz da portaria 867/2012 apresenta os eixos norteadores do PNAIC, a saber: I Formação continuada de professores alfabetizadores; II materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais; III Avaliação sistemáticas e; IV gestão, controle e mobilização social.

Sobre a formação de professores alfabetizadores, a portaria 867/2012 apresenta no art. 7º as seguintes coordenadas:

I - formação dos professores alfabetizadores das escolas das redes de ensino participantes das ações do Pacto;

II - formação e constituição de uma rede de professores orientadores de estudo.

Parágrafo único. O MEC poderá conceder bolsas para os orientadores de estudo e professores alfabetizadores, nos termos da Lei nº 11.273, de 2006, com valores e critérios regulamentados em resolução específica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. (BRASIL, 2012).

Em relação à formação de professores Gatti e Barreto (2009) fazem críticas não só aos conteúdos apresentados nesses cursos, como também à desvalorização do professor que se sobrecarrega para participar dos mesmos. As autoras ainda fazem duras críticas à formação inicial dos cursos de graduação, que trabalham as práticas pedagógicas da alfabetização apenas nos Estágios Curriculares Supervisionados. Dando sequência à caracterização do PNAIC, verificamos que em seus documentos a formação dos professores alfabetizadores acontece por meio de cursos de formação continuada que envolvem a participação das universidades, secretarias de educação e escolas que se articulam para a "realização do processo formativo dos professores atuantes nas escolas, nas salas de aula. Essa estrutura é composta por dois formadores diretamente sintonizados com os objetos de estudo e com a sala de aula, ou, como dizemos, com o chão da escola" (BRASIL, 2012, p. 24).

A formação de professores alfabetizadores, nos cursos oferecidos pelo PNAIC conta com um professor formador, "que realizará a formação dos orientadores de estudo, vinculados às universidades públicas brasileiras" (BRASIL, 2012, p. 24). Desse processo saem os orientadores de estudo, que organizam a formação dos professores atuantes nas escolas dos três primeiros anos. Assim, "esse triângulo formado deverá estar muito bem articulado entre si, mobilizando diferentes saberes, os quais, de uma forma ou de outra, se materializarão em práticas escolares" (BRASIL, 2012, p. 24).

Conforme os documentos do PNAIC, "o aumento de ofertas de formação continuada pelo MEC e secretarias de educação provocou a explicitação de diferentes perspectivas acerca da alfabetização" Haverá a aproximação dos professores alfabetizadores com os demais professores, favorecendo a reflexão e um fazer conjunto de autores, sobre a realidade diversa das escolas brasileiras (BRASIL, 2012, p. 06). Apresentamos ainda a fixação de valores, sob a forma de bolsas, para os participantes do programa. Conforme a Portaria 90/2013, o art. 1º define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada, pelo PNAIC:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais, para o professor alfabetizador;

II - R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais), para o orientador de estudo;

III - R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) para o coordenador das ações do pacto nos estados, Distrito Federal e municípios;

IV - R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) para o formador da instituição de ensino superior;

V - R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para o supervisor da instituição de ensino superior;

VI - R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) para o coordenador-adjunto da instituição de ensino superior; e

VII - R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o coordenador-geral da instituição de ensino superior (BRASIL, 2013).

Observamos que o valor das bolsas é bem diferente, o professor fica em último plano, recebendo uma pequena gratificação, enquanto os demais participantes, como coordenadores, supervisores recebem quantias bem maiores.

Formação de professores sob as coordenadas do PNAIC

No final do século XX, os programas e cursos de formação continuada para professores expandiram-se de forma exponencial, principalmente motivado pela LDB (Lei 9.394/1996). Essa Lei foi fruto dos debates e discussões acerca da necessidade de os professores se capacitarem, numa represália à estagnação imperante na Educação brasileira. No artigo 67 da LDB verificamos que os poderes públicos (Federal/Estadual/Municipal) são responsáveis pelo aperfeiçoamento profissional dos professores. A Lei também delega ao poder público, a obrigação de incentivar e promover o aperfeiçoamento dos docentes, assim como o devido período de licença remunerado. Ou seja, os municípios devem ofertar aos seus docentes em exercício programas de capacitação, presenciais ou a distância.

Por meio da portaria ministerial nº 1.403/2003, o MEC criou o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Estabelecendo-se programas de incentivo e apoio à formação continuada de professores, implantado em regime de colaboração com os entes federados. Também foi criada uma rede nacional de centros de pesquisa e desenvolvimento da educação, objetivando desenvolver tecnologia educacional e ampliar a oferta de cursos e outros meios de formação de professores. A partir dessa portaria, o MEC expediu um documento intitulado, Sistema nacional de formação continuada e certificação de professores – toda criança aprendendo (BRASIL, 2003). Nesse documento, as propostas são todas direcionadas para a qualificação da formação dos professores, sendo presenciais ou à distância. Acrescentamos que a política adotada de formação continuada não é apenas proposta em nível público. As instituições privadas, de formação em regime consoante à legislação geral, ofertam cursos superiores de graduação a distância, aumentando vertiginosamente o número de cursos de especialização no País.

Um dos grandes problemas nesse sentido é que a formação de professores está diretamente relacionada à promoção das desigualdades existentes no sistema educacional, dentro de um contexto histórico, social, político, econômico e cultural. Conforme as características da sociedade capitalista atual, o homem vive entre homogeneidades e heterogeneidades, entre globalização e individuação. Realidade que afeta os sentidos e significados dos indivíduos e

grupos e cria inúmeras culturas, relações e sujeitos portadores de dimensões física, cognitiva, afetiva, social, ética e estética. Sentidos e significados situados em contextos socioculturais, históricos e institucionais. Diante dessa multiplicidade de fatores, a educação unilateral forma somente sujeitos para o mercado de trabalho.

As orientações pedagógicas de Marx e Engels para a produção omni ou onilateral do homem, se constituem, basicamente, pelo trabalho produtivo e pela relação entre educação e sociedade efetivada nas escolas que preparam profissional e cientificamente o homem completo. Libâneo (2001) destaca que “a formação em serviço ganha hoje tamanha relevância que constitui parte das condições de trabalho profissional. Os sistemas de ensino e as escolas precisam assegurar condições institucionais, técnicas e materiais para o desenvolvimento profissional permanente do professor” (LIBÂNEO, 2001, p. 191). Para o autor, é importante a formação contínua fora da jornada de trabalho, porém é na efetiva prática docente em sala de aula que a reflexão continuada e formativa é capaz de provocar maiores transformações nas práticas educativas. É no contexto escolar que os professores enfrentam e resolvem problemas, elaboram e modificam procedimentos, criam e recriam estratégias de trabalho, com isso, promovendo mudanças pessoais e profissionais.

Conforme Garcia (1999), o desenvolvimento profissional dos professores implica na valorização do caráter contextual e organizacional orientado para as mudanças, constituindo-se em aspectos que possibilitem a resolução de problemas escolares, com expectativa de superar o trabalho individual e solitário nas escolas. Para o autor, o conceito de desenvolvimento está diretamente relacionado com a evolução e a continuidade, transpondo a justaposição entre formação inicial e continuada docente. O que se afirma é que a formação de professores deve articular as questões da escola, do currículo e da inovação, do ensino e dos professores.

O eixo formação de professores alfabetizadores é o objeto de pesquisa deste estudo, por isso apresentam-se a formação desses cursos, como ele foi organizado, a nível nacional, particularmente na cidade de Jataí-GO, e quais diretrizes apresentadas. De acordo com os documentos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a “realização do processo formativo dos professores atuantes nas escolas, nas salas de aula. Essa estrutura é composta por dois formadores diretamente sintonizados com os objetos de estudo e com a sala de aula, ou, como dizemos, com o chão da escola” (BRASIL, 2012, p. 24).

Os professores alfabetizadores foram atendidos em seus municípios pelos orientadores de estudo, num prazo de dois anos, em encontros mensais e presenciais, com duração de 80 horas/aula; 8 horas para seminários e 32 horas de estudos e atividades extraclasse, totalizando 120 horas de curso por ano. O curso de formação contemplou os professores que, no Censo Escolar de 2012, lecionavam na rede pública em qualquer série/ano, com formação compatível com o exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental e que lecionavam em turmas do 1º, 2º, 3º ano e/ou nas classes multisseriadas que possuem alunos desses anos.

De acordo com o PNAIC, “o aumento de ofertas de formação continuada pelo MEC e secretarias de educação provocou a explicitação de diferentes perspectivas acerca da alfabetização” Haverá a aproximação dos professores alfabetizadores com os demais professores, favorecendo a reflexão e um fazer conjunto de autores, sobre a realidade diversa das escolas brasileiras (BRASIL, 2012, p. 06).

Analisando a proposta do PNAIC através dos cadernos do programa distribuídos pelo governo e dos cadernos de registro de algumas professoras alfabetizadoras cursistas fica muito claro que se trata de um “treinamento” em curto prazo. Isso se dá, pois a parte teórica é fragmentada e de acordo com as pautas apresentadas nos cadernos analisados, se apresentaram como pouco discutidas e nada significativas, ficando ainda uma incógnita em relação ao conhecimento das

professoras formadoras, já que o processo de escolha destas foi comprometido ao nosso olhar, até mesmo pela falta de documentos (edital de seleção) que define critérios importantes para a tal escolha, uma vez que se trata da formação de professores.

Não se deve tratar professor como uma tábua rasa, na qual vai se depositando informações e neste caso, orientações a serem seguidas, deve-se possibilitá-lo a uma reflexão profunda sobre o sentido de sua prática, de quem é seu aluno e, principalmente, o que se quer para nossa sociedade e que sociedade é desejada, bem como de nossa participação efetiva na mesma. Acreditamos em uma formação continuada e crítica na qual ocorra o confronto entre a teoria e a prática, oportunizando ao professor, por meio da reflexão real da prática na sua instituição e com seus pares, a definição de práticas que partam da análise do real, assim o caminho da sua turma estará em sintonia com o caminho de sua escola.

A partir dessas reflexões, preocupa-nos saber o que o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) propõe e desenvolve para a formação continuada de professores alfabetizadores. Tal preocupação nos suscita o seguinte questionamento: o que os cursos oferecidos pelo PNAIC têm contribuído, concretamente, para a prática pedagógica dos professores alfabetizadores do município de Jataí?

O que comprovamos através dos documentos analisados como o "Projeto de Aplicação para a Rede Municipal", o ofício da Secretária, os cadernos que compõem o programa, os cadernos de registro das professoras cursistas e outros, sinalizam mais para uma formação emergencial, fragmentada, puramente técnica no sentido da elaboração e aplicação de materiais didáticos previstos no programa.

Verificamos nos registros das professoras no desenvolvimento de seus trabalhos pessoais (as professoras tem como tarefa de casa aplicar nas suas salas de aulas algumas atividades realizadas durante a capacitação e fazer o registro da mesma desde o planejamento até a execução) e o que nos foi possível constatar é uma total fragmentação teórica do processo de alfabetização e muita ênfase no ensino de técnicas para alfabetizar, técnicas isoladas de sentido e descontextualizadas da realidade a que se destina, haja vista, o fato de o município não dispor de um diagnóstico real da rede, fato este comprovado na análise do Plano de Aplicação do PNAIC em Jataí, que apenas se constitui num documento sem quaisquer fundamentações e compromissos com a finalidade original, em que nem sequer aquela realidade é apresentada ou discutida.

As palavras e demais generalizações utilizadas nos documentos seguem a lógica da política educacional inserida no contexto do Estado neoliberal, em uma política de governo e nas complexificações da sociedade capitalista e assume a função de apaziguamento da luta de classes, conformação e naturalização da sociedade.

Observamos que em nenhum material deste programa de formação continuada o contexto social é referenciado ou problematizado (aspectos da totalidade e da universalidade) e o conhecimento do modo de organização capitalista é omitido como se a compreensão deste contexto não fosse importante para formar os papéis desejados ou para os modos de formar que se espera do professor alfabetizador. É ressaltado que o papel do professor é garantir o direito da criança à aprendizagem, levando a ideia de que para a apropriação do conhecimento abstrato basta uma relação pedagógica com estratégias muito bem elaboradas e com o desempenho profissional expresso na didática do professor em trabalhar os conteúdos.

Sobre a formação de professores alfabetizadores, a portaria 867/2012 apresenta no art. 7º as seguintes coordenadas:

I - formação dos professores alfabetizadores das escolas das redes de ensino participantes das ações do Pacto;

II - formação e constituição de uma rede de professores orientadores de estudo.

Parágrafo único. O MEC poderá conceder bolsas para os orientadores de estudo e professores alfabetizadores, nos termos da Lei nº 11.273, de 2006, com valores e critérios regulamentados em resolução específica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.(BRASIL, 2012).

De acordo com os documentos do PNAIC, a formação dos professores alfabetizadores acontecerá por meio de um curso que envolve a participação das universidades, secretarias de educação e escolas as quais deverão estar articuladas para a "realização do processo formativo dos professores atuantes nas escolas, nas salas de aula. Essa estrutura é composta por dois formadores diretamente sintonizados com os objetos de estudo e com a sala de aula, ou, como dizemos, com o chão da escola" (BRASIL, 2012, p. 24).

Conforme o documento, a formação de professores alfabetizadores contará com um professor formador, "que realizará a formação dos orientadores de estudo, vinculados às universidades públicas brasileiras" (BRASIL, 2012, p. 24). Desse processo sairão os orientadores de estudo, que organizarão a formação dos professores atuantes nas escolas dos três primeiros anos. Assim, "esse triângulo formado deverá estar muito bem articulado entre si, mobilizando diferentes saberes, os quais, de uma forma ou de outra, se materializarão em práticas escolares" (BRASIL, 2012, p. 24).

Conforme os documentos do PNAIC, "o aumento de ofertas de formação continuada pelo MEC e secretarias de educação provocou a explicitação de diferentes perspectivas acerca da alfabetização" Haverá a aproximação dos professores alfabetizadores com os demais professores, favorecendo a reflexão e um fazer conjunto de autores, sobre a realidade diversa das escolas brasileiras (BRASIL, 2012, p. 06).

Acrescentamos que os cursos de formação continuada oferecidos pelo Programa abordam concepções conceituais para formar um professor alfabetizador com possibilidades de desenvolver no aluno um perfil de um cidadão que poderá atender as demandas sociais de sua época. Porém, não acreditamos que um programa com data estipulada para implantação e concretização possa formar esse "professor dos sonhos". O imediatismo desse programa pode, na verdade, ser mais uma ação para agradar às políticas internacionais, tais como: Banco Mundial, UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outras. E para remediar a situação alarmante que é o problema do analfabetismo de crianças em terras brasileiras.

Procedendo a uma rápida análise dos motivos implícitos nas políticas internacionais, que apregoam a *Educação para Todos*, podemos sintetizar em três pontos conclusivos, os princípios e concepções que regem esse programa, são eles: o eixo da reforma educacional dos anos 1990 está atrelado à reforma do Estado, que, por sua vez, articula-se à dinâmica e à crise do capitalismo na última metade do século XX; mediante esse contexto, os instrumentos internacionais de educação, a pedido do grande capital, projetaram uma reforma educacional de amplo espectro com base na noção de crise educacional e de sua auto solução - a educação se redimiria a si própria, solidarizando, de resto, a própria sociedade - e, por fim, a crise educacional é entendida como uma defasagem entre as exigências do sistema produtivo globalizado e as possibilidades do sistema educacional, defasagem essa a ser sanada com base na vontade política, na cooperação e na parceria.

O conjunto, de princípios e diretrizes expostas nesse estudo permite-nos assegurar que os mesmos constituem o fio condutor que perpassa as diretrizes da política educacional nos países do capitalismo periférico, acolhendo, inteiramente, a principal receita prescrita pelo capital em crise para a educação desses povos do "submundo": a mais ampla adequação da escola aos interesses imperialistas do mercado, conjugada à mais completa integração das subjetividades à sociabilidade do capital.

Soares (2003) afirma que os programas de alfabetização são lançados pelo governo, um após o outro, com promessas de fórmulas mágicas, porém, além de não atenderem às demandas da perspectiva do letramento, são abandonados, ou seja, são políticas descontínuas e que deixam espaço para a elaboração de outra política paliativa, e assim sucessivamente. Sobre a formação continuada de professores alfabetizadores, proposta e incentivada pelo PNAIC, podemos verificar que a necessidade dessa proposta nasce de outro problema, a saber:

[...] o Brasil alcançou um patamar inédito na sua história, com grandes avanços econômicos e sociais. Na educação, amplia e democratiza o acesso ao ensino, da creche à pós-graduação, e melhora ano a ano os índices de qualidade e desempenho da escola pública. Mas ainda temos grandes desafios a enfrentar. Muitas crianças brasileiras concluem o ciclo destinado à sua alfabetização sem estarem plenamente alfabetizadas. Um problema que pode comprometer gravemente o seu futuro e, assim, o futuro de nosso país (BRASIL, s.d., p. 6).

O discurso traz em sua essência a responsabilidade de o professor se preparar mais e melhor para atender a demanda de mercado, que seja a alfabetização. Numa última análise, o professor é responsabilizado pelos resultados das avaliações que se fizerem. Verificamos que este estudo revela uma política que marginaliza os principais atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, os professores, em vistas de escamotear a real problemática da alfabetização, ou seja, o resultado das avaliações sistemáticas aponta que não há um grande rendimento dos alunos, mesmo depois de se investir pesadamente na formação dos professores.

Implantação do PNAIC e a formação de professores

A Secretaria Municipal de Educação de Jataí (SME) iniciou a seleção dos professores formadores do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), no ano de 2013, após ter aderido ao Pacto em 2012, e após ter elaborado um projeto para os três primeiros anos do curso de formação. O referido projeto não apresenta nenhuma inovação e/ou mudança ao original, mas obedece fielmente o que fora estabelecido pelo programa. Verificamos que seria interessante uma adaptação, e ou algumas mudanças no projeto, visto que a realidade do município e dos municípios brasileiros são divergentes, existindo cidades de grande porte, com ótima infraestrutura nas escolas, ao passo que existem municípios que não poderiam nem abrir escolas, devido à falta de infraestrutura.

Fontes extraoficiais da SME afirmaram que tomaram conhecimento do curso via ofício enviado às escolas, juntamente com uma ficha de inscrição, seguida de um discurso de obrigatoriedade, sob pena de remanejamento de turma, caso o professor não fizesse o curso. Nesse ofício, definia-se a data para uma aula inaugural, na qual seria repassado o que era o programa e suas diretrizes. Não encontramos, nos documentos coletados na SME, nenhum ofício, convites ou convocações de professores, para o fim de divulgar o PNAIC, e nem sobre a seleção de professores alfabetizadores, na época.

Em uma era considerada por muitos estudiosos como a era do conhecimento, visualizamos claramente as concepções marxistas sobre os aspectos do trabalho alienador, típico do sistema capitalista, nas conjunturas de implantação do curso "Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa". Numa reflexão inicial percebemos que as vozes destes professores alfabetizadores ecoam no interior das escolas municipais, porém ignoradas pelo grupo gestor que também se mostra obediente fiel ao processo implantado pelo governo.

Conforme Lima (2007), o grande potencial das teorias crítico-reprodutivistas para a compreensão da função da escola na sociedade de classes nos auxilia a "perceber os rituais escolares que reforçam o agir sem pensar, o obedecer sem refletir, o aceitar a ordem das coisas, que gera um sentimento de pessimismo pedagógico" (LIMA, 2007, p. 36). Na verdade, percebemos um verdadeiro desencanto por parte de muitos professores cursistas, que continuam a fazer o curso, a participar dos encontros semanais, realizando as atividades em sala de aula na semana, no silêncio para não perderem uma bolsa, que para ele é mais uma forma de sobrevivência.

Assim, percebemos que o cenário educacional do município de Jataí-GO, em relação à formação continuada dos professores alfabetizadores que atuam nas turmas de 1º, 2º e 3º anos, está limitado à política implantada pelo PNAIC, sendo que todas as orientações pedagógicas – planejamento, diretrizes e avaliação – são enviadas pela Secretaria Municipal de Educação para as escolas, assim como as avaliações, e os diagnósticos mensais, que define e também as tipologias textuais a ser trabalhada em cada bimestre, tirando do professor a autonomia pedagógica do seu trabalho docente. Verificamos que os cursos de formação servem como modelos a serem seguidos, desprezando toda a formação do professor, e acima de tudo sua experiência de sala de aula, e a realidade das salas de aula de cada contexto social.

Após essa reflexão apresentamos a formação do grupo participante deste estudo, os quais fizeram parte do processo de formação de professores alfabetizadores, oferecido pelo MEC/PNAIC, a saber: 01 Coordenador Municipal; 06 professoras orientadoras, e 111 professoras alfabetizadoras participaram do curso (90% são graduadas em Pedagogia, com especialização na área da educação). Em Jataí, a Universidade Federal de Goiás- UFG e a Faculdade de Educação de Goiânia foram as entidades educativas parceiras do MEC, que orientaram os representantes dos municípios participantes o passo a passo para a formação do grupo gestor do município.

De acordo com o número de professores alfabetizadores cadastrados no censo do ano anterior nas turmas de 1º, 2º e 3º anos do ciclo I de alfabetização, eram instituídos o número de professores formadores, ou seja, de acordo com o PNAIC a cada 25 professores alfabetizadores seria necessário um professor formador, podendo cada turma chegar, no máximo, a 34 professores cursistas e no mínimo 25. Nesse sentido, as turmas formadas foram de, no máximo, 20 professores alfabetizadores, para 06 professores orientadores, ou seja, não houve turma com 25 alunos e não precisaríamos de 6 orientadoras, no máximo teríamos a necessidade de 04 orientadoras. Não encontramos documentação, na SME, que explicasse a necessidade de formar turmas tão pequenas, consequentemente exigindo maior número de orientadores. A única inferência que fazemos relaciona-se às bolsas, que no caso do professor orientar é de R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) mensais.

As professoras designadas como orientadoras participam do curso sob a responsabilidade da Universidade Federal de Goiás (UFG) em Goiânia. E o município arcou com as despesas de deslocamento, traslado, hospedagem e alimentação dos professores orientadores, para realizarem o curso na capital do Estado. O município também arca com as despesas de alimentação durante o curso para as professoras alfabetizadoras em 2013 e 2014 (TOTI, 2014).

Sobre os encontros desses formadores tivemos acesso apenas a dois documentos de convocação, emitidos pela SME, que foi o Ofício Circular de nº 110/2013, de 06/08/2013, e o Ofício Circular nº 103/2014, de 27/06/2014, convocando para planejamentos do PNAIC. Os referidos ofícios não apresentam nenhuma indicação sobre a importância desses encontros.

Analisando as pautas dos encontros semanais do PNAIC, percebemos a utilização de uma rotina didática padronizada entre as turmas de 1º, 2º e 3º anos aplicada pelas professoras formadoras, composta linearmente por: oração, acolhida, leitura deleite, atividade em grupo ou coletiva, atividade individual e trabalho pessoal, conforme documento (BRASIL, 2012). Esta metodologia pode ser vista como um mecanismo de controle de tempo, pois todas as professoras cursistas são orientadas pela Secretaria Municipal de Educação a seguir uma pauta diária que se tornou uma rotina a ser seguida, com orientação de controle de horários para realizar as atividades diárias.

Este cenário traz intrínseco em suas teorias o padrão taylorista-fordista, que se caracteriza pela produção em massa, controle do tempo e produção em série. O trabalhador, na era fordista, era intensamente explorado, massificado, peça fundamental para a expansão capitalista, pois esse obtém lucro com a exploração do trabalhador (ANTUNES, 2002). Isso é preocupante, visto que se trata de professores que trabalham com o "conhecimento", principalmente que buscam qualidade no ensino e esperam contribuir para a formação de cidadãos críticos, para submeterem as estas condições de trabalho.

Considerações finais

Este estudo se enquadra na linha de pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Formação de Professores, tendo como foco de investigação o Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Com uma política pública de formação dos professores alfabetizadores focada especificamente em questões do repasse de técnicas para alfabetização, terá o PNAIC resolvido os problemas de alfabetização no município de Jataí-GO?

Em relação ao curso de formação de professores alfabetizadores, oferecido pelo MEC/PNAIC: verificamos que o processo seletivo para a constituição dos professores formadores, participantes do PNAIC em Jataí-Go, não obedeceu aos moldes estabelecidos pelo programa, uma vez que a seleção não fora divulgada previamente e amplamente, comprometendo a idoneidade e a lisura do processo, havendo casos de protecionismo. A maioria das professoras alfabetizadoras já havia participado de outros cursos de formação, sendo motivadas, principalmente, pela remuneração (bolsa), no final de cada mês; outras participaram por imposição e/ou medo de serem remanejadas de suas confortáveis salas de aula.

O estudo revela que a melhoria nos níveis de proficiência em leitura e escrita, nos anos de 2013 e 2014, se deu tanto nas escolas que aumentaram o índice de formação docente, quanto nas escolas que diminuíram esse índice, verificando que o PNAIC, enquanto política de formação de professores alfabetizadores, apenas repaginou outros programas de formação continuada, a exemplo do Pró-Letramento, constituindo-se como mais um programa iniciado e abandonado ao longo de sua trajetória. São políticas paliativas, que visam "passar um pano na poeira", ludibriando os capitais internacionais.

Ainda se esclarece neste estudo, que de nada adianta à escola e ao professor reconhecer os níveis alcançados pela coletividade de alunos, quantitativamente, é preciso que se crie um processo e/ou mecanismo que identifique os conhecimentos específicos de cada aluno, apresentando, assim suas dificuldades, por meio de uma avaliação qualitativa

Referências

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e as centralidades do mundo do trabalho*. 8. Ed., São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- AZEVEDO, M. L. *A educação como política pública*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- BRASIL/MEC. *Portaria 867 de 4 de julho de 2012*. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.
- BRASIL. *Resolução 4 de 27 de fevereiro de 2013*. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa para a Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília, MEC/CD/FNDE, 2013.
- CARDOSO, T. M. R. F. L. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro: 1759- 1834*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- GARCIA, C. M. *Formação de professores: para uma mudança educativa*. Trad. Isabel Narciso. Porto: Porto Editora. 1999.
- GATTI, B. A.; BARRETO, Elba S. (Coord.). *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.
- LIBÂNEO, J. C. *Organização da Escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.
- LIMA, E. F. de et al. *Sobrevivendo ao início da carreira docente e permanecendo nela. Como? Por quê? O que dizem alguns estudos*. Educação e Linguagem. São Paulo. Ano 10, n 15. 2007.
- LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. *Currículo, cultura e sociedade*. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.
- MORTATTI, M. do R. *História dos métodos de alfabetização no Brasil*. Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006.
- MOURA, D. H. *Educação Básica e educação profissional: dualidade histórica e perspectiva de integração*. Natal: CEFET-RN, 2010.
- RIBEIRO, M. L. S. R. *História da Educação Brasileira a organização escolar*. Campinas: Autores Associados, 2003.
- ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil: (1930/1973)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Ferretti, Celso João ET al. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações*. Campinas, Autores Associados, 2005.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas. São Paulo: autores associados, 2007.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2003.

TOTI, M. C. S. *O Currículo de ciências no ciclo de alfabetização e o efeito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): um estudo sobre o município de Jataí – GO*. 2014. 151 f. (dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação Em Educação em Ciências e Matemática. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Jataí, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás/Jataí. E mail: raimann04@gmail.com.

**Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás/Jataí. E mail: anakatiaf@bol.com.br.

Recebido em 10/04/2018

Aprovado em 10/05/2018